

## A PRAÇA INTERNACIONAL: A FRONTEIRA URBANA COMO TERRITÓRIO COMPARTILHADO

Eduardo R. Palermo

Doutor em História, diretor do Museo del Patrimonio Regional, da Prefeitura de Rivera, Uruguay, pesquisador na área de patrimônio histórico e cultura da fronteira Uruguai-Brasil  
E-mail: palermohistoria@gmail.com

Andréa L. Hamilton Ilha

Arquiteta e urbanista, Especialista em Direito Urbanístico e Ambiental, trabalha na Prefeitura municipal de Sant'Ana do Livramento, SEPLAMA, RS, pesquisadora na área do patrimônio cultural  
E-mail: adrilha@estudiojuridico.adv.br

### Resumo:

Impossível falar da fronteira Livramento-Rivera sem confrontar a forma como seus habitantes desenvolvem naturalmente suas relações com a vida cotidiana e a vida “legal”, definida pelas legislações de dois países que incidem neste território. Acostumados com os termos limites e fronteiras, nem sempre os compreendem ou conseguem aplicar. Neste universo, estão constantemente negando e afirmando sua identidade fronteiriça. Oscilam na escolha de estar aqui ou ali conforme a conveniência. Faremos aqui uma narrativa baseada na análise histórica sobre a formação de Santana do Livramento-Rivera como conurbação urbana, tendo a Praça Internacional como principal referência, eixo e símbolo da identidade fronteiriça. Por ser um território compartilhado, com status jurídico próprio, conforma uma singularidade nas relações internacionais da primeira metade do século XX. Este compartilhamento territorial é uma síntese da história e cultura da fronteira.

**Palavras-chave:** *Brasil-Uruguai. limites e fronteira. Conurbação-urbanização. Praça Internacional. Livramento-Rivera.*

### A fronteira em foco: limites e fronteira

Propiciada pela situação de fronteira seca, Santana do Livramento e Rivera, localizadas na fronteira entre Brasil e Uruguai, desenvolveram-se como cidades gêmeas, mais que isso, criaram continuidade na malha urbana em diversos pontos, formando o que chamamos uma conurbação urbana, como pode ser observado na imagem de satélite (fig. 1).

O povoamento da região se deu pelas disputas territoriais entre as Coroas de Portugal e Espanha e posteriormente entre o Império Brasileiro e a República Uruguiaia. Enquanto a definição dos limites dos territórios era discutida e traçada em reuniões e acordos diplomáticos, Portugal ocupava o território sustentando-se no princípio de *utis possidetis* – *utis possideaes* - como possuís, assim possuís princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre ele, formando de fato fronteiras sociais e econômicas. Desta forma, quando os limites finalmente foram definidos, todo o Norte do que é hoje o Uruguai, pertencia a Luso-brasileiros.



Figura 1 - Conurbação Urbana Santana do Livramento-Rivera. Imagem: Google Earth – 2019.

A forma como se deu a ocupação desse território, diz muito sobre o que é fronteira. Enquanto os limites são uma abstração, uma linha imaginária traçada em um mapa ou em um plano onde cada Estado busca o controle sobre seu território, independente de existir ou não uma população, a fronteira é resultado da interação social, cultural, emocional. É uma zona de contato e de troca, com muitas possibilidades. A fronteira não é produto de um acordo entre Estados e sim de uma construção histórico-social que se percebe como uma faixa territorial variável a ambos os lados dos limites. (GOLIN, 2004, I, p.10).

O controle exercido pelo poder central nos territórios limítrofes e sua demarcação com prescindência das populações ali estabelecidas tem sido motivo suficiente para provocar uma sensação de distanciamento entre as aspirações dos habitantes e o centro de poder. Isso provoca na sociedade fronteiriça contradições e desavenças frente às práticas da vida cotidiana, consideradas como ilegal pelos governantes, como ocorre com o contrabando, mas normais e necessários para os fronteiriços. Ditas divergências e enfrentamentos tem promovido uma imagem desagregante das fronteiras.

Concebemos a fronteira como um “lugar vivido”, um território com simbologias e representações, que exige ser entendido desde ali. A fronteira como território tem diversas dimensões: étnicas, culturais, sociais e econômicas, em cada caso é possível observar uma justaposição de símbolos, interpretados e incorporados de diferentes formas pelos sujeitos que se enfrentam e convivem na fronteira. Essa situação coloca em evidência os registros de cada habitante e a forma como se representa e se vê representado nessa comunidade.

Definitivamente a fronteira pode ser representada pela metáfora de ser nossa epiderme, nossa pele, que nos protege do exterior, mas também nos comunica com ele e por isso nos dá proteção e sentido de pertencimento. (PALERMO, 2019, p.65) Neste sentido, algumas características destacáveis do conceito de fronteira são: zona relacional, de contato, trânsito, dinamismo.

A fronteira Santana do Livramento – Rivera, por ser um lugar de possibilidades, como todas as fronteiras, atraiu imigrantes de diversas nacionalidades ao longo da história. Além dos povos indígenas que já habitavam essas terras, os portugueses e espanhóis vieram a conquistar os territórios, trazendo com eles africanos como mão de obra escravizada, depois vieram italianos, bascos, franceses, e no final do século XIX, os sírio-libaneses e palestinos, e muitos outros que fizeram deste, um povo mestiço que hoje identificamos como fronteiriço. A fronteira muda constantemente, se expandindo e se retraindo conforme a temática estudada - Guerra Platina, contrabando, tráfico negreiro - indo por vezes do Rio Ibicuí ao Rio Negro ou até o Rio Uruguai. Mas os núcleos urbanos de Santana do Livramento (1823) e Rivera (1862) estão no centro deste território e representam bem o sentido de ser fronteira.

Segundo o mexicano Ocampo Marín (2005, p.3):

El territorio es un constructo social, una valoración, una fabricación, un producto, un espacio tatuado por la historia y la cultura, que se construye a través de prácticas, estrategias, percepciones y la manera de leerlo que tienen los miembros del grupo que lo constituye. Es un espacio que necesita la densidad del tiempo, las repeticiones silenciosas, las mutaciones lentas, el trabajo del imaginario social y de la norma para existir como territorio.

Compartilhamos este conceito que é facilmente aplicável ao território fronteiriço em questão, que chamamos *território emocional*, com forte sentido de pertencimento e diversidade.

## Processo histórico

Uma característica importante, que define a forma de ocupação do território, e o surgimento dos povoados na fronteira, é a presença de acampamentos militares, como estratégia militar de defesa, que dava mobilidade aos soldados numa região sem muitos acidentes geográficos e que desaconselhava a implantação de fortificações.

Santana do Livramento foi fundada em 1823, data em que foi autorizada a construção da Capela, na Coxilha de Santana, a partir daí a povoação inicia a ocupação do território, além da igreja e da praça, que é o lugar que define a essência das relações urbanas, foram se instalando as moradias, inicialmente bastante precárias feitas com paredes de tijolos e

coberturas de telhas ou mesmo palha. Em 1826, foi instalado o acampamento militar Imperial Carolina próximo ao local da Capela, os engenheiros militares vindos com as tropas, fizeram o primeiro traçado das ruas e lotes, sobre uma ocupação já iniciada, porém ainda incipiente. Segundo Rhoden (2013, p.106), os traçados propostos pelos engenheiros militares na fronteira, eram feitos quando uma povoação já consolidada recebia um contingente de tropas, muitas vezes maior que a população local, necessitando uma organização espacial, o que ocorreu em Santana do Livramento. Seu traçado acompanhava a topografia, gerando quarteirões e lotes de diversos tamanhos. Os militares e suas famílias, além das famílias dos proprietários das estâncias, passaram então a ocupar estes lotes e a construir suas casas. Nasceram assim novas interações sociais, as missas, os encontros na praça e naturalmente o comércio. Este local escolhido para o início da povoação fica a cerca de um quilômetro de distância do território Uruguaio.

Em levantamento feito em 1851 pelo engenheiro militar que esteve acampado com as tropas de Caxias em Livramento, A.P. Alencastro, percebe-se nitidamente essa adaptação ao terreno, típica da implantação dos povoados portugueses. As duas ruas principais, desenvolviam-se na parte mais alta de terreno, indo em direção à fronteira, cortada por cinco ruas transversais com distâncias irregulares, determinadas pela topografia. Na época, a ocupação estava distante da linha divisória atual, mas já começava a se delinear a atual malha urbana (RHODEN, 2013, p.109). Num território caracterizado pelas extensas pastagens típicas do bioma pampa, pela presença do gado bovino trazido pelos missionários e por estar em região de fronteira, se desenvolveram as atividades de produção voltadas à pecuária e tornou-se um entreposto comercial.

É bom salientar que a povoação era estratégica no sentido militar para invadir o Uruguai, de fato foi o que ocorreu entre 1816 e 1865 nas guerras platinas. Mas também era fundamental no comércio de gados entre as fazendas no Norte uruguaio e as charqueadas de Bagé, Jaguarão e Pelotas. Do ponto de vista comercial ficava no caminho que partia de Uruguaiana e recorria às coxilhas até as charqueadas, utilizando-se dos antigos caminhos das missões nesta região.

Por sua vez o território, entre os rios Ibicuí e Negro, pertenciam na sua maioria a brasileiros sul-rio-grandenses, que haviam instalado suas estâncias de criação de gado antes mesmo da definição dos limites entre as nações. Fato que ocorreu especialmente depois da derrota militar do caudilho Jose Artigas na batalha de Tacuarembó em 1820, hoje departamento de Rivera. Essa vitória portuguesa permitiu a apropriação das terras dessa

região com a autorização do Gal. Carlos Federico Lecor e o apoio do Cabildo de Montevideu. Muitas das terras ocupadas pela força foram reconhecidas como legítimas propriedades dos novos possuidores e ato contínuo a população sul-rio-grandense de novos fazendeiros compraram mais terras com o apoio do regime lusitano e, depois, com o apoio legal do governo constitucional de Frutuoso Rivera. Em 1830 quase todo o Norte do Uruguai estava nas mãos dos rio-grandenses, e os proprietários das terras que foram distribuídas por Artigas entre 1811 a 1816 ficaram na categoria de usufrutuários das mesmas.

Isso gerou inúmeros problemas nas décadas seguintes, entre 1830-1850 as *divisas blanca e colorada* se enfrentaram sistematicamente em guerras onde os aliados foram o Império do Brasil e os *farrapos*, e os governos de Buenos Aires e Entre Ríos. Assim sendo todos os conflitos internos do Uruguai se transformaram em regionais, tendo dois centros importantes de poder: o porto de Montevideu e a fronteira com o Brasil, que na verdade era um apêndice territorial, cultural e econômico do Rio Grande do Sul. Na Guerra Grande (1839-1851) toda a região se envolveu: blancos e colorados do Uruguai, unitários e federais na Argentina, farrapos e imperiais no Brasil, além de ingleses e franceses que viram afetados seus interesses econômicos e a livre navegação dos rios da bacia do Prata. Todos eles participaram em diferentes momentos seguindo seus interesses circunstanciais. Os caudilhos, de todos os bandos, transitavam desde Rio Grande do Sul ao Litoral argentino pelo território do Norte uruguaio e disputavam e roubavam gados, cavalos e escravos para diferentes fins, geralmente para utilizá-los nos exércitos.

A fronteira Livramento – Rivera começou a ser desenhada no meio desse conflito, e os registros paroquiais de Paysandu, Salto, Tacuarembó e Cerro Largo registram a passagem dos exércitos e a “chusma”, assim denominado em forma depreciativa e racista, as mulheres e famílias dos soldados que os acompanhavam, na maioria guaranis missioneiros, mestiços, negros, pardos e mulatos. Matrimônios, batismos, defunções, nos dão conta da diversidade demográfica da fronteira, já existente como território entre o Império e Estados, mas ainda não desenhada nas coxilhas.

Em 1846 o governo do Cerrito, presidido pelo general Manuel Oribe, *blanco*, tendo sitiado a cidade de Montevideu desde 1843, decretou a abolição definitiva da escravidão no Uruguai. Essa medida, em conjunto com a ocupação militar das fazendas em toda a fronteira e a proibição de extração de gado para o Brasil, afetou especialmente os proprietários escravistas e charqueadores sul-rio-grandenses que pediram a intervenção militar do Império

em defesa das suas propriedades. O Império passou de uma ação diplomática a uma ação militar direta. (PALERMO, 2019)

As pressões dos fazendeiros e a abolição trouxeram outro problema importante, o aumento das fugas de escravos para o território Oriental e a incorporação deles aos exércitos. A fronteira, um extenso território ao Norte do rio Negro e fronteira com Rio Grande do Sul, havia se transformado num problema sério. A grande rival era a Argentina e o governo de Rosas, cuja atuação política era considerada uma ameaça aos interesses imperiais no Prata, o que determinou a intervenção militar com o apoio do caudilho entrerriano Justo José de Urquiza. Oribe e Rosas foram derrotados, o governo colorado de Montevideú foi o grande articulador entre os interesses econômicos e estratégicos imperiais, os interesses políticos antirosistas, as pretensões de poder dos caudilhos litoraleños contra Buenos Aires, e a defesa das reclamações dos fazendeiros afetados nas suas propriedades e escravatura pelo governo de Oribe.

### **Os tratados de 1851 entre Uruguai e Brasil**

Decorrentes desta preocupação foram feitos cinco tratados entre Montevideú, em representação dos *colorados* e o Império do Brasil. Neles foram contempladas todas as reclamações dos fazendeiros e charqueadores sul-rio-grandenses. Andrés Lamas, representante do governo de Montevideú reconhecido pelo Império como único governo legítimo do Uruguai, negociou no Rio de Janeiro as bases do acordo em troca dos apoios políticos e econômicos para continuar a burguesia portuária montevideana no poder, de fato, com esses acordos o Império assegurava o domínio e utilização do porto de Montevideú, essencial para o projeto de hegemonia política na região, cuja consequência posterior foi a guerra infame contra o Paraguai.

Entre os tratados, salientamos neste caso, o de Limites. No texto declaram-se as bases sobre as quais foram acordados os anteriores tratados, o de 1819, pelo qual o Cabildo de Montevideú trocava os territórios ao Norte do rio Arapey pela construção de um farol na Ilha de Flores que favorecia a navegação do porto da capital, e o de 1821 que incorporava o Uruguai como Província Cisplatina a o Império de Portugal e Brasil, seguindo o princípio do *uti possidentis*:

Art. I: - As duas Altas Partes Contratantes, convencidas do quanto importa às boas relações chegararem a um accordo sobre as respectivas fronteiras, conveem em reconhecer rotos e de nenhum valor os diversos Tratados e Atos em que fundavam os direitos territoriaes, que têm pretendido até o presente na demarcação de seus limites, e em que esta renuncia geral se entenda muito especialmente feita dos que deriva o Brazil da Convenção celebrada em Montevideó com o Cabildo,

Governador, em 30 de janeiro de 1819, e dos que derivava a Republica Oriental do Uruguay da reserva contida no final da clusula segunda do Tratado de incorporação de 31 de julho de 1821.

Art. II: - As duas Altas Partes Contratantes reconhecem como base que deve regular seus limites o "uti possidetis", já designado na dita clausulo segunda do Tratado de incorporação de 31 de julho de 1821, nos termos seguintes: Pelo Léste o oceano, pelo sul o Rio da Prata, pelo Oéste o Uruguay, pelo Norte o rio Quaraim até a Cochilla de Sant'Anna, que divide o rio de Santa Maria, e por esta parte o arroio Taquarembó Grande, seguindo os pontos do Jaguarão, entra na lagoa Merim e passa pelo pontal de São Miguel a tomar o Chuy que entra no oceano.<sup>1</sup>

Desta forma, outra vez o Império conseguia manter os territórios de seu interesse apoiando-se no principio fundamental do *uti possidentis*, situação que poderia ser provada sem duvidas. Adicionalmente o Império tinha ordenado em 1850<sup>2</sup> um censo de brasileiros proprietários da terra nos territórios do Uruguai. Esse documento foi utilizado como prova dos atentados às propriedades dos súditos imperiais pelo governo de Oribe e justificava a intervenção militar no Uruguai. Uma análise dos dados estabeleceu que quase dois terços do atual território uruguaio era propriedade brasileira, assim como mais de um milhão de cabeças de gado. Todo o território ao Norte do Uruguai e fronteira com Brasil concentrava a maioria das terras em propriedade sul-rio-grandense. (PALERMO, 2019, p.63 *et seq.*).

Como consequência deste Tratado, Brasil e Uruguai nomearam as respectivas comissões para a definição da linha divisória: a Imperial esteve comandada por Francisco Jose de Souza Soares d'Andréa, posteriormente barão de Caçapava, apoiado num conjunto de planos elaborados em décadas anteriores e ao conhecimento detalhado dos campos fronteiriços; a delegação uruguaia esteve integrada basicamente pelo engenheiro José María Reyes e seu filho Julio Reyes, eles estiveram alguns meses no Rio de Janeiro junto com Soares d'Andréa na preparação dos lineamentos dos futuros trabalhos de campo. A comissão imperial dispunha de uma visão topográfica e política definida sobre a demarcação e seu objetivo foi defender os interesses políticos e econômicos imperiais e os dos proprietários da terra, na maioria sul-rio-grandenses. (GOLIN, 2004, II, *et passim*).

Em 1856, o Barão de Caçapa se estabeleceu em Livramento para a demarcação da linha divisória de Serrilhada às pontas do rio Quaray, devido às demoras na comissão uruguaia, ordenou a confecção de planos detalhados desse tramo do território com a finalidade de negociar em vantagem com a delegação Oriental. De fato Reyes não possuía mapas desses territórios, de tal forma teve que negociar sobre as bases que lhe eram

---

<sup>1</sup> <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Scdl/pt-br/file/TRATURUG.pdf>. Acesso 5 de março de 2020

<sup>2</sup> "Relatórios da repartição de negócios estrangeiros, apresentado a Assembleia geral legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo respectivo ministro e secretario de Estado Paulino José Soares de Souza", Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1852. Anexo C.



Em 1860, o presidente Bernardo P. Berro impulsionou uma política de orientalização<sup>3</sup> dos territórios fronteiriços com o Brasil, com a fundação de povoações e postos aduaneiros.

### **Fundação de Villa Ceballos (1862) e Rivera (1867)**

Foi quando em 1862 é fundada a Villa Ceballos, posteriormente denominada Rivera em 1867. O Projeto da Vila, de 1867, elaborado pelo Engenheiro Agrimensor Martin Pays, possui traçado regular, com ruas, quarteirões e lotes iguais, característica das ocupações de origem espanhola. No projeto todas as ruas possuíam dezesseis metros de largura, com exceção da rua principal que possuía trinta e dois metros, previa cinco praças e cemitério.

É possível observar isso no seguinte plano (fig. 3), feito pelo Eng. Agr. José Pompilio Lupi (filho) no mesmo ano, ordenado pelo comandante militar de Livramento, Tenente Coronel Antônio Caetano Pereira. Entre as praças desenhadas por Pays, figura uma com a letra A, situada na parte superior do atual Cerro do Marco, naquele momento conhecido como Cerro de Santa Ana, onde se localizava o marco mais visível das redondezas. Quanto a praça, diz: “cuja praça esta destinada para um quartel de dois baluartes.” No mesmo plano Lupi assinala com a letra B, à direita, no cerro do Fortim, as construções militares erguidas em 1867 por ordem do governo Imperial, possivelmente para equilibrar as defesas da cidade frente ao projetado quartel no cerro do Marco em Rivera.

É possível observar entre as duas cidades o espaço livre existente, denominado *o areal* e que representava a separação das duas cidades ao longo da linha divisória entre o marco do Fortim e, atualmente, o marco próximo à travessia da rede ferroviária, a oeste das cidades.

A escolha do local para implantação da vila não foi por acaso, foi intencionalmente colocada de frente a povoação de Santana do Livramento, com a finalidade de marcar a presença do Estado Uruguaio no território. Com esta confrontação deliberada, também foram determinadas as ligações viárias que fazem a integração das duas povoações. Isso particularmente foi consolidado a princípios do século XX, quando as construções de Livramento avançaram sobre a linha divisória.

---

<sup>3</sup> Orientalizar as fronteiras foi um projeto de colonização em resposta a massiva propriedade das terras em mãos sulriograndenses, onde a língua comum dessa região – Norte do rio Negro e territórios limítrofes com Brasil – a terra, os costumes e a maioria da população eram de origem brasileira. No mesmo sentido a ausência do Estado uruguaio exigiu a instalação de instituições governativas: polícia, escolas, exércitos, aduanas.

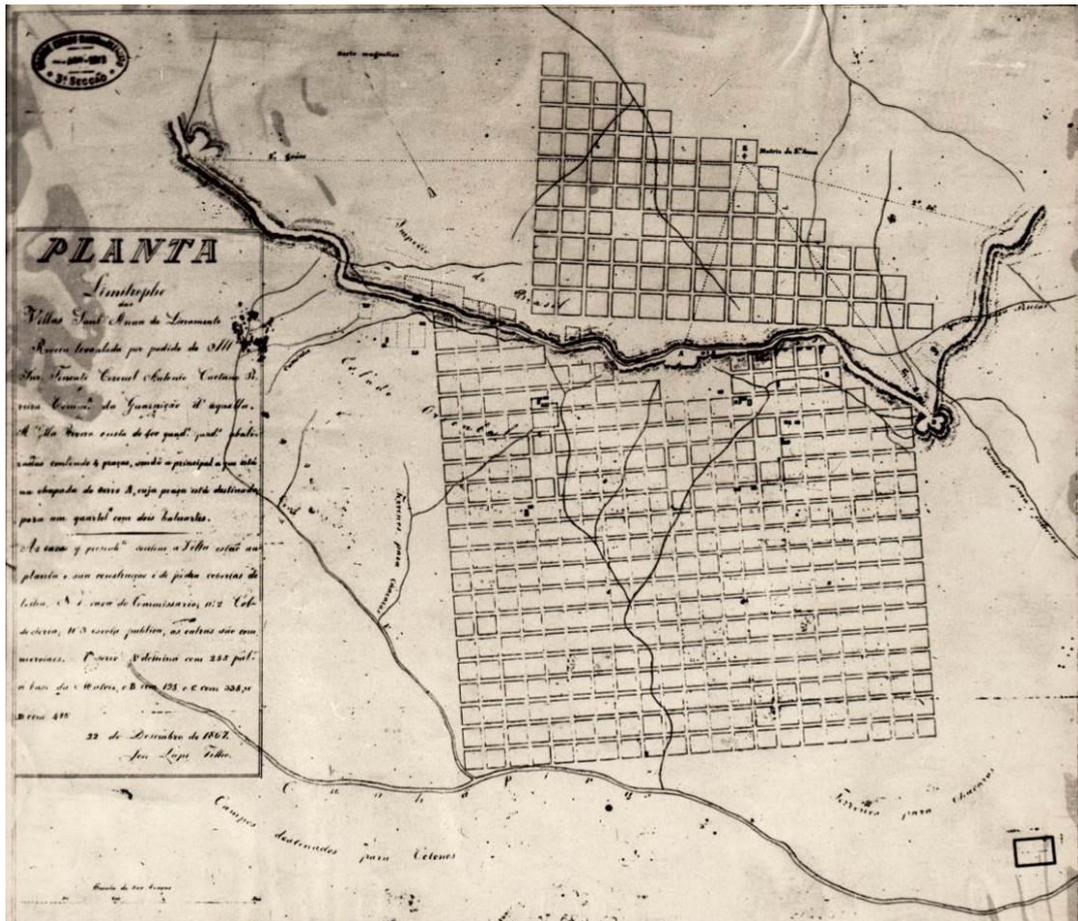


Figura 3 - Plano de Rivera y Livramento realizado em 1867 por el Ing. Agrimensor José Pompilio Luppi. Biblioteca Nacional de Uruguay, Fondo materiales especiales, colección Aníbal Barrios Pintos.

Conforme referido anteriormente, próximo à linha divisória, existia uma faixa não ocupada e não conformada urbanisticamente, chamada de *areal*. Neste local chegavam carretas com mercadorias e se dava o comércio e o contrabando. Com o passar do tempo e com a aproximação da área urbana que cresceu no sentido de unir as duas cidades, esse espaço passou a abrigar também atividades de lazer e convívio social.

No mapa seguinte (fig. 4), vemos de forma esquemática, onde os povoados iniciaram a atração que um exerceu sobre o outro, propiciando o encontro das malhas viárias e ocupações. Primeiro porque eram os terrenos mais fáceis de serem ocupados devido às barreiras geográficas existentes em Livramento, representada pelo arroio Carolina e pelo Cerro Batuva e em Rivera pelo arroio Cuñapirú. Segundo, pelas relações fronteiriças que se desenvolveram ao longo do tempo. Mas a área entre o Cerro do Marco e o cerro do Fortim, como já colocado, foi sempre local estratégico, que acaba por ser consolidado unindo as cidades com a definição das vias e áreas públicas propostas, como solução de integração e organização espacial. E é ainda hoje objeto de estudos e projetos de melhorias urbanísticas, por suas características naturalmente conflituosas de uso.



Figura 4 - Mapa área central da Conurbação Santana do Livramento-Rivera, Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto-1998.

### Praça Internacional: espaço urbano de integração

A ideia de construir um passeio internacional nesse lugar da fronteira teve sua origem na oportunidade em que se celebrou a Quinta Conferência da Comissão Mista de Limites, no Rio de Janeiro, em 1923.



Figura 5. Cartão postal. 1900. À esquerda Rivera, no centro acima, o cerro do Marco. As árvores indicam a rua conhecida hoje como “largo do Internacional”, à direita Livramento, primeiro plano, homem a cavalo no areal.

Na ocasião, aquele amplo espaço existente, chamado *areal* (fig. 5), foi motivo de discussão entre os representantes do Uruguai e do Brasil, Virgílio Sampognaro e Mariscal Gabriel Souza Pereira Botafogo, respectivamente. Durante a Conferência, o representante uruguaio propôs criar ali, naquele espaço de difícil delimitação, uma praça internacional, uma

ideia sem precedentes na história das demarcações de limites, um espaço comum entre os dois países. O acordo firmado formalizou a linha divisória entre as cidades de Rivera e Santana do Livramento de forma convencional, seguindo o divisor de águas, como estabelecido no tratado de 1851 e a proposta da criação da praça foi levada à consideração dos respectivos governos:

d) construção mediante acordo entre as duas municipalidades e os dois países, quando necessário, de obras de embelezamento da faixa fronteira entre as duas cidades e das que forem indispensáveis aos seus interesses políticos e aduaneiros.<sup>4</sup>

Assim surge um espaço compartilhado entre os dois países, todo brasileiro e todo uruguaio, cuja definição foi adotada na VI Conferência da comissão mista de limites, realizada a 22 de Maio de 1924 no Rio de Janeiro. Ali, na ata, se estabelecia, entre outras coisas, a instalação de onze marcos e três sinais de referência que completam a caracterização da linha entre as duas cidades, um desses sinais deveria ser colocado no:

“ponto locado e assinalado no meio da praça [...] no local onde tem de ser levantado um marco especial decorativo, cujo projeto e orçamento estão em vias de execução bem como o projeto e orçamento de terraplenagem da praça”.

Os sinais, segundo a mesma ata, estão formados por uma base ligada a um tronco de pirâmide que na parte superior se engasta um chapuz de bronze com quinze centímetros de base e vinte de altura, ficando todo o maciço enterrado emergindo somente uma pequena parte do calote para indicar a inflexão da linha divisória. Finalmente foi consignado haverem combinado a organização de:

“projeto e orçamento para a execução de um marco de caráter simbólico e arquitetônico no ponto do trecho [...] locado no centro da Praça Internacional, providenciando simultaneamente quanto à regularização do solo e ajardinamento da dita praça de acordo com as duas municipalidades”.<sup>5</sup>

Foram muitas propostas apresentadas para o projeto da Praça nas conferências seguintes. A ata da 28ª conferência realizada em Rivera em 6 de maio de 1938, determinou que a Praça Internacional deveria ter as características que hoje possui:

“três planos a níveis distintos, destinado o primeiro plano, o adjacente as ruas dos Andradas e Sarandí para construir uma praça jardim e de estacionamento, um segundo plano para passeio [...] e um terceiro plano para construir-se um parque de diversões [...] A praça jardim terá duas diagonais amplas que partirão dos extremos das ruas dos Andradas e Tamandaré ao Sul; Sarandí e Herrera y Obes, dando vistas para um motivo decorativo situado sobre a linha de fronteira, coroado por dois relógios que assinalem a hora correspondente ao país que fazem face”.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Ata da V conferência da Comissão Mista, realizada em 4 de janeiro de 1923.

<sup>5</sup> Ata da VI conferência da Comissão Mista, realizada em 22 de maio de 1924.

<sup>6</sup> *Ibíd.*

Finalmente a Ata VI estabelece o começo das obras para setembro de 1939, compreendendo a Praça e todo o entorno.

A Praça foi inaugurada em fevereiro de 1943 (fig. 6), seu projeto sofreu alguns acréscimos e alterações posteriores até se tornar o espaço público compartilhado pelos dois países, sobre tudo pelos santanenses e riverenses, e que é explorado turisticamente como símbolo da “Fronteira da Paz”. Está conformada com características especiais que a fazem única no mundo. Compreende uma superfície de aproximadamente cinquenta e cinco mil metros quadrados, incluídas suas avenidas e forma um conjunto ornamental simetricamente disposto em um lado e outro da linha divisória que serve de eixo longitudinal. Todo o espaço compreendido pela praça e pelas avenidas circundantes beneficia por igual às pessoas de um e outro país, que usufruem o passeio nas mesmas condições, sendo brasileiro ou uruguaio.

Por acordo entre as Comissões de Limites, aprovado pelos representantes dos Governos, o abastecimento de água de toda a praça seria atendido pela rede da cidade de Rivera, enquanto o abastecimento de energia elétrica e iluminação, fornecida pela Usina Elétrica de Santana do Livramento. A drenagem pluvial foi construída e levada por gravidade ao território brasileiro.

A Praça Internacional foi construída em três planos adaptados conforme a topografia do terreno, que possui uma diferença de nível de sete metros e quarenta e dois centímetros entre os extremos do seu eixo longitudinal que conserva suas características de divisor de águas entre os lados da praça.



Figura 6 - Praça Internacional. 1943. Fotografia: Adolfo Gil. Col. Museu do Patrimônio – Rivera

O primeiro plano da praça, o superior, está situado junto a um largo que une a cidade de Rivera e de Santana do Livramento, sua característica é de uma praça jardim. Em seu centro, para onde convergem caminhos que ligam a Av. Sarandi em Rivera e a Rua dos Andradas em Santana do Livramento, foi construído um obelisco triangular de quinze metros de altura, monumento símbolo da fraternidade uruguaio-brasileira (fig.6). Este monumento é complementado por um marco colocado no chão bem no centro da rua, que é característico do denominado “largo do Internacional”, estabelecido na ata VI de 1924.

Toda a Praça é um monumento à fraternidade dos povos no conceito maçônico. Em sua base, o obelisco, ostenta os escudos nacionais do Brasil e do Uruguai, colocados sobre as faces que dão de frente a seus respectivos países, essa base é cercada por uma cadeia de 33 elos, que é um simbolismo maçônico. Na parte superior foram colocados dois relógios sincronizados com a hora oficial de cada país. Um mecanismo localizado em um compartimento especialmente construído dentro da base do monumento aciona ambos os relógios. O conjunto do monumento foi projetado pelo arquiteto uruguaio Modesto Paes Seré e foi calculado e construído sob a direção do engenheiro brasileiro Antenor Trindade Barbosa.

O segundo plano tem as características de uma praça de descanso e não apresenta comunicação com os passeios exteriores do entorno da Praça. No centro foi prevista a colocação de uma fonte luminosa, de forma circular, com diâmetro de doze metros, cujo simbolismo, no sentido maçônico, é a mulher representada na água, fonte de vida, e se complementa com o símbolo masculino do obelisco, tem uma corrente circular fechada que significa integração, o círculo da vida. A fonte foi doada pelos Rotary de ambas as cidades, foi inaugurada em 25 de agosto de 1953, constava de 18 luzes e os jatos de água eram dançantes (fig. 7).

Duas amplas escadarias centrais comunicam este segundo plano com o adjacente. Os passeios internos estão pavimentados com pedras portuguesas, de cor branca e preta formando desenhos ornamentais, e nas suas margens com o desenho simbólico de correntes. O terceiro plano foi concebido como um parque ou praça de recreação, com árvores de grande porte no seu perímetro, além de arbustos, apresentando um amplo espaço central e particularmente próprio a eventos e reuniões públicas. Centralizado neste espaço, em 1960, foi colocado um monumento à mãe e à paz, simbolizando também a fraternidade entre os países, obra do escultor uruguaio José Belloni (fig.8). Inaugurado em 24 de abril de 1960, o monumento não fazia parte do projeto original. Porém o próprio projeto concebido na década de 1920 passou por várias adaptações antes de ser construído na década de 1940. No decorrer desses 20 anos,

naturalmente muitas alterações ocorreram no uso dos espaços do seu entorno, muitas construções surgiram, cabendo adaptações no projeto. Sendo assim, passados mais de duas décadas, foi acordado pelos dois governos a colocação do monumento a Mãe nesse eixo central da Praça, fechando, com os monumentos anteriores, uma trilogia simbólica cujo relato evidencia a importância da integração, da família, e da paz.

Em 2016 foi construída uma edificação, para abrigar um centro de informações turísticas e serviços de apoio, que faz às vezes de pórtico da praça na sua extremidade inferior. Sua construção, iniciativa Uruguaia, foi polemizada pela população local por considerar a Praça Patrimônio Cultural e que não deveria ser modificada. Porém, resolvidos os questionamentos aos governos em relação às autorizações para a construção, e estando ela em funcionamento, percebe-se que houve um incremento no uso desse terceiro nível da praça, o centro de informações acabou por organizar o espaço e trazer maior segurança com uma atividade permanente. Propiciou uso mais intensivo com eventos públicos, na sua maioria de caráter binacional, lazer, feiras. Tornou-se local de encontro.

O passeio externo à praça é calçado com ladrilhos nas cores amarela e vermelha, formando também desenhos de correntes que abraçam toda a praça. Tem quatro metros de largura e oitocentos e cinquenta metros de perímetro. As avenidas circundantes foram construídas com vinte e cinco metros de largura, cujo corte transversal apresenta a largura de seis metros nas calçadas e quatro metros no canteiro central.



Figura 7 - Praça Internacional, fonte. 1975.  
Fotografia: Doli. Col. Museu de Livramento.



Figura 8. Monumento a Mãe e a paz. Foto dos autores. 2019  
Fotografia: Doli. Col. Museu de Livramento.

A urbanização da Praça Internacional, somada a outras obras de urbanização no chamado Cerro do Marco e avenidas sobre a linha divisória, feitos da década de 1940, integraram urbanisticamente as duas cidades, consolidando-as como Conurbação Urbana.

### **Praça ou parque?**

Os documentos oficiais referem-se à construção de uma Praça, “A Plaza Internacional” como é chamada pelos riverenses, porém os santanenses a chamam de Parque Internacional. Devemos esclarecer que urbanisticamente, existem diferenças conceituais entre Praça e Parque. As Praças são espaços públicos que definem por excelência o significado de cidade, de encontro, controle social, compõem e interagem com outros espaços públicos, com seu entorno e contexto urbano, podem ou não contar com a presença de vegetação ou outros elementos paisagísticos. Já os Parques Urbanos não têm essa relação íntima com o local onde estão inseridos do ponto de vista urbano, são normalmente áreas onde se privilegia a presença da natureza, da vegetação, cursos d’água e outros elementos, mesmo que projetados. Tem-se utilizado da construção de Parques urbanos para recuperação de áreas degradadas ou frágeis ambientalmente, ou ainda como ferramenta de preservação ambiental de remanescentes dos biomas existentes. Existem outros tipos de Parques, destinados a usos específicos, principalmente lazer e recreação, mas sempre com a característica de serem voltados para si, independentemente do contexto urbano onde está inserido, o que não é o caso.

Partindo destes conceitos, é definitivamente uma praça, a Praça Internacional. Chamá-la de parque pode ter sido decorrência do uso inicial do local, onde se instalavam circos e parques de diversões e também pela descrição do projeto que no seu terceiro nível teria características de parque, com vegetação de grande porte no perímetro, criando espaço interno de lazer.

## Conclusões

As relações do fronteiriço com o uso do território também refletem diversidade, são múltiplas possibilidades. Usamos os serviços do Brasil, do Uruguai, conforme a conveniência no momento. Brasileiros estudam nas escolas em Rivera e Uruguaios estudam nas universidades Brasileiras, o mesmo ocorre com os serviços de saúde. O comércio é livre, movido conforme a economia favorável para um lado ou outro da linha divisória. Grande parte dos comerciantes tem seus negócios tanto no Brasil quanto no Uruguai, para garantir segurança financeira diante da mobilidade do valor da moeda. Assim, migram também os postos de trabalho. A cotação da moeda e o valor dos serviços de infraestrutura urbana e impostos também acabam por influenciar a escolha do lado para se morar, interferindo na lógica do mercado imobiliário. Santanenses e riverenses se apoiam social, cultural e economicamente um no outro.

Na figura 9 podemos observar a Praça Internacional com sua configuração atual, marcada pelo eixo central coincidente com a linha divisória onde foram colocados os elementos simbólicos da integração dos dois países, iniciando a sudoeste junto ao largo que une as duas principais ruas das cidades com o Obelisco, em seguida a Fonte, o Monumento à Mãe, finalizando com o pórtico formado pelo Centro de informações Turísticas.

Em abril de 1885, na edição do periódico *La Voz de Rivera*,<sup>7</sup> foi publicado o seguinte texto referente à Rivera – Livramento:

“efectivamente existe una línea divisoria que nos separa materialmente (...) pero moralmente esta borrada esa línea (...) no existe para los sentimientos, para los nobles impulsos del corazón, no existe línea para la amistad fraternal de ambos pueblos, para el acuerdo de sus voluntades, para el goce común de las alegrías, existe la línea que divide territorios, pero no la que separa las almas. (...) A despecho de los pesimistas Rivera y Santa Ana constituyen una sola alma en dos cuerpos. (...) con nuestra sincera amistad hemos borrado la línea material que nos separa”.

---

<sup>7</sup> La Voz de Rivera, 23 de abril de 1885. Arquivo de jornais. Biblioteca Nacional, Montevideo.



Figura 9 - Praça Internacional - Imagem google earth – 2019.

Quanto mais próximo à linha divisória, maior a concentração de ofertas de serviços e comércios de todos os tipos, formais e informais, grandes e pequenos. E neste trecho em especial, entre o Cerro do Marco e a Praça Internacional, se concentram também os camelôs, cambistas, os comércios de ambulantes e comidas de rua, gerando toda sorte de conflitos urbanos e ao mesmo tempo interações humanas.

Analisando a Praça Internacional como espaço urbano que representa a vida fronteiriça, identificamos através da história essa multiplicidade de usos e apropriações, e a dificuldade de os governos gerenciarem esse território comum. Simbolicamente sua inauguração em 1943, representando a integração de dois países, se dá durante a Segunda Guerra Mundial. É dizer: escolhemos a Paz ao invés da Guerra.

Os fronteiriços estão acostumados a mudanças, se adaptam e tem uma forma muito especial de viver a fronteira. É preciso viver a fronteira para entendê-la.

A identidade fronteiriça está nas diferenças e no sentimento de pertencer a um território que é muito mais emocional do que físico. Assim como a Praça Internacional, a fronteira é espaço compartilhado e apropriado independente de nacionalidades.

## Referencias

- ATAS DA COMISSAO BINACIONAL DE LIMITES. <https://sistemas.mre.gov.br/>. Aceso 2 de março de 2020.
- BARRIOS PINTOS, Aníbal. *Rivera en el ayer*. Montevideo: Ed. Minas, 1963.
- BARRIOS PINTOS, Aníbal. *Rivera, una historia diferente*. Intendencia Departamental de Rivera, 1985.
- BETANCOR, Gladys, CAIRELLO, Julio, et al. *Rivera-Livramento de la integración de hecho a la integración real*. Ediciones GIR, Montevideo, 1989.
- BETANCOR, Gladys. *Rivera-Livramento: Una frontera diferente*. Pelotas: Editora Universitária/ UFPEL, 2009.
- CAGGIANI, Ivo. *Santana do Livramento, 150 anos de história*. Livramento: Ed. ASPES, 1983.
- GOLIN, Tau. *A fronteira: Os tratados de limites Brasil-Uruguaí-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. Porto Alegre: L&PM, 2004. Volume I, 2004.
- HAMILTON ILHA, Andréa, PALERMO, Eduardo R. “Sobre nosotros: o território emocional fronteiriço”, Em: *Travessias na linha de fronteira Brasil-Uruguaí*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. *Palestra dia 18 de outubro de 2019*.
- HAMILTON ILHA, Andréa, PALERMO, Eduardo R. O parque – plaza Internacional: a fronteira urbana e emocional. Artigo aprovado para apresentação no: 27th World Congress of Architects UIA 2020 RIO. [conferences@acsa-arch.org https://www.uia2020rio.archi/index\\_en.asp](https://www.uia2020rio.archi/index_en.asp)
- MAZZEI, Enrique. *Fronteras que nos unen y límites que nos separan*. Montevideo, CBA, 2013.
- MAZZEI, Enrique, de SOUZA, Maurício. *La Frontera em Cifras*. Montevideo, CBA, 2013.
- M.T.O. P. - M. V. O. T. M. A.-L. M. de Rivera – O.S.E. / METROPLAN – FEPAM – PM de Santana do Livramento. Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto – Rivera Santana do Livramento, Volume II, 1998.
- OCAMPO MARÍN, Luis F. “De lo regional a lo territorial”. En: *VI Encuentro de Postgrados Iberoamericanos sobre Desarrollo y Políticas Territoriales*, Toluca, México, 19 a 21 de setiembre de 2005. Acceso en: [territorioscentroamericanos.org/redesar/Sociedades%20Rurales/Regiones%20y%20territorios.pdf](http://territorioscentroamericanos.org/redesar/Sociedades%20Rurales/Regiones%20y%20territorios.pdf)
- PALERMO, Eduardo R. *Terra Brasiliensis, la región histórica del norte uruguayo en la segunda mitad del siglo XIX-1850-1900*. Porto Alegre: Ed. MP, 2019.
- PUCCI, Adriano Silva. *O Estatuto da Fronteira Brasil - Uruguaí*. Brasília: FUNAG, 2010.
- RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo e arquitetura na região fronteiriça do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.

“Relatórios da repartição de negócios estrangeiros, apresentado a Assembleia geral legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo respectivo ministro e secretario de Estado Paulino José Soares de Souza”, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1852. Anexo C.

SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na Fronteira, a expansão de Santana do Livramento*. Porto Alegre: ED. Universidade/ UFRGS/ Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, 1993.

## **The International square: urban frontier as shared territory**

### **Abstract:**

It is impossible to talk about the Livramento-Rivera border without confronting the way in which its inhabitants naturally develop their relations with everyday life and the “legal” life, defined by the laws of two countries that affect this territory. Accustomed to the terms limits and boundaries, they do not always understand or apply them. In this universe, they are constantly denying and affirming their border identity. They oscillate in the choice of being here or there according to convenience. Here we will make a narrative based on the historical analysis of the formation of Santana do Livramento-Rivera as an urban conurbation, with the International Square as the main reference, axis and symbol of the border identity. Because it is a shared territory, with its own legal status, it forms a singularity in international relations in the first half of the 20th century. This territorial sharing is a synthesis of the history and culture of the border.

**Keywords:** *Brazil-Uruguay. limits and frontier. Conurbation-urbanization. International square. Livramento-Rivera.*

Submetido: 28/03/2020

Aceite: 22/07/2020